

Encargo do crédito rural pode aumentar

O Conselho Monetário Nacional (CMN) vai baixar em sua reunião do próximo dia 10, medidas adicionais para a redução dos juros do mercado, mas examinará o aumento dos encargos do crédito rural e o direcionamento de maior volume de recursos à produção de arroz, feijão, milho e mandioca, inclusive com concessão de subsídios para os bancos financiarem essas lavouras.

A Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban), já antecipou que não aceita a elevação do recolhimento compulsório sobre depósitos à vista para os grandes bancos, como forma de compensar a redução para os pequenos e favorecer a baixa dos juros do mercado, e tampouco o aumento na parcela de aplicações rurais obrigatórias para até 80 por cento dos depósitos à vista líquidos dos maiores conglomerados financeiros. Segundo a Febraban, o sistema bancário privado não suporta novos ônus.

Na próxima segunda-feira, o ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, deve reunir os dez representantes do setor privado do CMN, inclusive os três banqueiros — Angejo Calmon de Sá, do Econômico; Amador Aguiar, do Bradesco, e Pedro Conde, do Crédito Nacional — para discutir a pauta da próxima reunião do Conselho, voltada para a redução dos juros do mercado e a definição da estratégia de financiamento da próxima safra agrícola.

Antes da reunião do dia 10 do CMN, a questão dos juros ainda deverá merecer debate mais amplo, na próxima semana, quando do encontro do presidente José Sarney com um grupo de banqueiros, em data e participantes ainda não definidos. Depois, Dornelles precisará aguardar a retomada das negociações com o staff do Fundo Monetário Internacional (FMI) para concluir a montagem dos orçamentos monetário e dos bancos federais ainda para este ano e também definir o esquema de subsídio do crédito rural.

O Banco Central e o Ministério da Fazenda já abriram a discussão da nova política de crédito rural, com a proposta de cobrança de correção monetária plena em todas as operações. De imediato, os governadores do Nordeste — a região mais atingida — reagiram junto ao ministro da Fazenda e prometem mobilização política ampla. Hoje, os produtores rurais nordestinos ainda contam até com financiamentos e juros fixos de 35 por cento ao ano e, mesmo nas operações normais, pagam 85 por cento da correção monetária.

Acima da correção monetária plena, o Banco Central propõe a manutenção dos juros reais de 3 por cento ao ano no Norte/Nordeste, no Vale do Jequitinhonha e no Espírito Santo. Para as demais regiões, os juros reais devem dobrar — de 3 para 6 por cento ao ano. Obviamente, os bancos defendem a vigência das taxas de mercado também nas operações rurais, sob o argumento de que a elevação dos juros reais de 6 para 30 por cento ao ano não afetaria muito o custo de produção, se a nova política agrícola estimular o aumento da produtividade. Para escapar dos encargos financeiros, os agricultores poderiam também utilizar mais recursos próprios e antecipar a amortização de financiamentos.

Porém, o Banco Central considera indispensável a prática de taxas favorecidas no crédito rural. "A razão de tal favorecimento se encontra, basicamente, na elevada margem de risco inerente à atividade agrícola — pragas, seca, excesso de chuva — que, se consideradas as deficiências de infra-estrutura de comercialização, explicam, em grande parte, o grau de incerteza, e, consequentemente, de desestímulo que se apossa do produtor quando este é conciliado a aumentar sua área cultivada" — ressalta voto da diretoria da área de crédito rural, industrial e de programas especiais do Banco Central.

Ao observar que as aplicações rurais acumuladas de Cr\$ 13,81 trilhões em 1984, representaram 55,3 por cento menos que os Cr\$ 30,92 trilhões, em valores corrigidos, aplicados em 1979, o Banco Central admite, no entanto, criar mecanismos para induzir os bancos a aplicar na agricultura, sobretudo para aumentar a oferta de alimentos básicos. O Banco Central pro-

pôs e a Febraban já acatou a idéia de se estender ao crédito rural o sistema de equalização de taxas vigentes nos financiamentos ao setor exportador.

Limitado ao crédito às lavouras de arroz, feijão, milho e mandioca, o Banco Central sugere a alocação de recursos fiscais para cobrir o subsídio fixo de 6 por cento ao ano, no Centro-Sul, e de 15 por cento da correção monetária nos financiamentos de custeio das quatro culturas no Norte-Nordeste. Pelo sistema de equalização, o Banco Central pagaria esse subsídio aos bancos, dentro do objetivo de desconcentrar o crédito rural, a favor da produção de alimentos básicos. Segundo o Banco Central, as culturas de "maior elasticidade - renda da demanda", destinados em maior parte ao mercado externo ou à geração de energia, absorvem 48 por cento dos financiamentos de custeio, com "inegável distorção do ponto de vista social".

Embora o governo procure reduzir a massa de subsídios, diante da meta de contenção do déficit público, o Banco Central defende o subsídio seletivo para alimentos básicos e para as regiões mais carentes: "É preciso que seja implementado mecanismo de reorientação do crédito favorecido às lavouras consideradas como estratégicas para o abastecimento interno, a fim de que seja sustado o processo de redução da área cultivada que vem se verificando nos últimos anos, por força das condições adversas de financiamentos e relação de trocas agricultura-indústria".

A Febraban apoia o subsídio explícito por dar à sociedade "condições de julgar melhor as prioridades atribuídas pelo Governo para a concessão de recursos", mas acrescenta que a adoção do sistema de equalização deveria permitir propiciar a extinção da exigibilidade de aplicações rurais obrigatórias — até 55 por cento dos depósitos à vista líquidos. Porém, o Banco Central aponta a queda de 23 por cento em 1984 e de 55,3 por cento desde 1979 na oferta de crédito rural para até elevar o nível de aplicações rurais obrigatórias dos bancos.